

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

8ª edição: Revista, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA



Sumário

Capítulo I - Disposições Preliminares	05
1. Conceito de punibilidade	05
2. Causas extintivas da punibilidade	05
Capítulo II - Morte do Agente	06
1. Fundamento	06
2. Prova da morte	06
3. Certidão de óbito falsa	06
4. Revisão criminal	06
5. Morte da vítima	07
Capítulo III - Anistia	07
1. Conceito	07
2. Atribuição	07
3. Instrumento de concessão	07
4. Objeto	07
5. Extensão dos efeitos	07
6. Momento	07
7. Espécies ou formas de anistia	07
8. Vedação	07
Capítulo IV - Graça e Indulto	08
1. Conceito	08
2. Atribuição	08
3. Instrumento de concessão	08
4. Provocação	08
5. Parecer do Conselho Penitenciário	08
6. Extensão dos efeitos	08
7. Classificação	08
8. Momento	08
9. Vedação	08
Capítulo V - Abolitio Criminis	09
1. Conceito	09
2. Efeitos	09
3. Abolitio criminis x continuidade normativa típica	09
4. Abolitio poena	09
5. Competência para a aplicação da abolitio criminis	09
Capítulo VI – Prescrição	10
Seção I - Disposições preliminares	10
1. Conceito	10
2. Natureza jurídica	10
3. Caracteres da prescrição	10
4. Crimes imprescritíveis	11
4.1 A questão da [im]prescritibilidade da tortura	11
5. Absorção de penas e prescrição	11
6. Prescrição em caso de concurso de crimes	11
7. Prescrição x decadência – diferenças	11
8. Espécies de prescrição	11
Seção II - Prescrição da Pretensão Punitiva	12
Subseção I - Prescrição da Pretensão Punitiva Abstrata [pppA]	12
1. Fundamento legal	12
2. Forma de contagem	12
2.1 Termo inicial	12
2.2 Marcos temporais	13
Subseção II - Prescrição da Pretensão Punitiva Retroativa [pppR]	13
1. Fundamento legal	13
2. Forma de contagem	13

3. Momento da decretação	14
4. Prescrição projetada	14
Subseção III - Prescrição da Pretensão Punitiva Intercorrente [pppi]	14
1. Outras denominações	14
2. Fundamento legal	14
3. Motivos da prescrição intercorrente	14
4. Forma de contagem	15
5. Momento da decretação	15
Seção III - Prescrição da Pretensão Executória	15
1. Fundamento legal	15
2. Momento	15
3. Forma de contagem	15
Seção IV - Suspensão e interrupção do prazo prescricional	15
Subseção I - Causas de suspensão do prazo prescricional	15
1. Previsão	15
2. Incidência	16
3. Novas hipóteses	16
4. Outras hipóteses	16
Subseção II - Causas de interrupção do prazo prescricional	17
1. Previsão	17
2. Diferença entre a suspensão e a interrupção	17
3. Comunicabilidade das causas de interrupção do prazo prescricional	17
Seção V - Prescrição das penas restritivas de direito e da multa	17
1. Prescrição das penas restritivas de direito	17
2. Prescrição da pena de multa	17
Seção VI - Prescrição das medidas de segurança	17
Seção VII - Disposições Especiais	18
1. Prescrição no Código Penal Militar	18
2. Prescrição das penas aplicáveis ao usuário de drogas	18
3. Prescrição das medidas socioeducativas do Estatuto da Criança e do Adolescente	18
4. Prescrição dos crimes falitários	18
5. Prescrição de faltas graves	19
Capítulo VII - Decadência	19
1. Conceito	19
2. Fundamento principiológico	19
3. Oportunidade	19
4. Extensão dos efeitos	19
5. Prazo	19
6. Forma de contagem do prazo	19
7. Decadência no crime continuado e habitual	19
8. Características do prazo	19
Capítulo VIII - Perempção	20
1. Conceito	20
2. Fundamento principiológico	20
3. Cabimento	20
4. Oportunidade	20
5. Extensão dos efeitos	20
6. Hipóteses ou causas de perempção: art. 60 do CPP	20
7. Questões relevantes	20
Capítulo IX - Renúncia	21
1. Conceito	21
2. Características	21

Capítulo X - Perdão do Ofendido	21
1. Conceito	21
2. Características	21
Capítulo XI - Retratação do Agente	21
1. Conceito	21
2. Hipóteses de cabimento	21
3. Condição para a extinção da punibilidade	21
4. Características da retratação	21
5. Retratação da representação – distinção	21
Capítulo XII - Perdão Judicial	22
1. Conceito	22
2. Forma de identificar	22
3. Hipóteses de cabimento	22
3.1 Hipóteses legais	22
3.2 Hipótese supralegal	23
4. Momento – instrumento de concessão	23
5. Comunicabilidade	23
6. Ato unilateral	23
7. Natureza jurídica da sentença concessiva	23
8. Extensão dos efeitos	24
9. Perdão do ofendido e perdão judicial – diferenças	24
Obras consultadas e/ou citadas	25